



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
PRÓ-REITÓRIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE PEDAGOGIA PARFOR/CAPES/UEPB**

ELIANE LIMA FERREIRA

**O PNAIC COMO POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
INDIO PIRAGIGE**

**JOÃO PESSOA
2015**

ELIANE LIMA FERREIRA

**O PNAIC COMO POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
INDIO PIRAGIGE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ma. Izandra Falcão Gomes.

JOÃO PESSOA

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F383p Ferreira, Eliane Lima

O Pnaic como possibilidade de formação de professores:
[manuscrito] : um estudo de caso na escola Estadual de Ensino
Fundamental Índio Piragibe / Eliane Lima Ferreira. - 2015.
26 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em PRIMEIRA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO PARFOR EAD) -
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio,
Técnico e Educação à Distância, 2015.

"Orientação: Profa. Ma. Izandra Falcão Gomes, PROEAD".

1. Alfabetização. 2. Formação de professores. 3.PNAIC. I.
Título.

21. ed. CDD 374

ELIANE LIMA FERREIRA

**O PNAIC COMO POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
INDIO PIRAGIGE**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Universidade Estadual da
Paraíba como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciatura Plena
em Pedagogia.

Data da avaliação: 01 / Agosto / 2015.

BANCA EXAMINADORA

Izandra Falcão Gomes

Orientadora: Profa. Ma. Izandra Falcão Gomes (UEPB)

Eduardo Gomes Onofre

Examinador 1: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre (UEPB)

Rosyléa Dantas Silva

Examinadora 2: Profa. Ms. Rosyléa Dantas Silva (UEPB)

Dedico a Nossa Senhora Aparecida, minha mãe amorosa que em todos os dias da minha vida esteve ao meu lado compartilhando comigo meus sonhos de realizar a minha conquista e vitória e também apoiando-me e amparando-me a cada dia em que a dúvida, a insegurança e o medo fizeram-se presentes das minhas metas, sonho e vitórias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer o meu sonho de me tornar uma pedagoga.

À minha família que me apoiou e incentivou durante todo o processo para que eu não desistisse quando estava desanimada.

Aos meus pais que não puderam assistir à realização do meu grande sonho, mas, onde estiverem, sei que eles estão em um bom lugar com Deus, estarão orgulhosos por terem uma filha tão amada realizando o seu grande sonho de ter concluído um curso superior.

À minha orientadora professora Izandra Falcão, que me ajudou em todos os relatórios e me encorajou, deu-me confiança e ajuda nos momentos difíceis.

A todos muito obrigada!

"Na verdade não nasci marcado para ser um professor a esta maneira, mas me tornei assim na experiência de minha adolescência, de minha juventude."

(Paulo Freire/2001)

RESUMO

O presente trabalho analisa e discute as propostas do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), de iniciativa do governo federal. Seus objetivos são explicitar o conceito de alfabetização assumido no pacto e conhecer tanto os procedimentos pedagógicos recomendados quanto as estratégias de formação de professores definidas, além dos materiais de ensino utilizados. A pesquisa tem caráter documental e foi baseada em experiência de campo. Como instrumento de pesquisa usamos a entrevista semi-estruturada que nos ajudou na identificação das representações dos professores sobre a formação docente propiciada pelo PNAIC. Concluímos com esse estudo que a formação oferecida pelo Programa teve aceitação dos professores e contribuiu para refletir sobre a prática docente e transformá-las em ações mais dinâmicas e substantivas que cooperam com aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: PNAIC. Formação de Professores. Alfabetização.

ABSTRACT

This paper analyzes and discusses the proposals of the National Pact for Literacy in the Middle One (PNAIC), initiated by the federal government. Its objectives are to clarify the concept of literacy made in the covenant and meet both the recommended teaching procedures as training strategies defined teachers, in addition to educational materials. Research has documentary character and was based on field experience. As a research tool we use semi-structured interview that helped to identify the representations of teachers on teacher training offered by PNAIC. We conclude with this study that the training offered by the program had acceptance of teachers and helped to reflect on the teaching practices and turn them into more dynamic and substantive actions to cooperate with student learning.

Keywords: PNAIC. Teacher training. Literacy.

SUMÁRIO

1	CONTEXTUALIZANDO O PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS ..	09
2	HISTÓRICO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	12
2.1	As ações do pacto: Organização e funcionamento do Programa	14
2.2	O Pacto e sua relação com as avaliações educacionais	15
2.3	A gestão, o controle social e a mobilização institucional	17
3	O PACTO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA E O IMPACTO NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	20
3.1	A formação dos professores: concepções, conceito, metodologia e tempo.....	21
3.2	O Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa desenvolvido na Escola de Ensino Fundamental Índio Piragibe: quais as contribuições na formação dos professores?	22
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
	REFERÊNCIAS	25

1 CONTEXTUALIZANDO O PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No Brasil vivenciamos a dura realidade de identificar que muitas crianças têm concluído sua escolarização sem estar plenamente alfabetizadas. Isso quer dizer que, com essa idade – entre 8 e 9 anos -, toda criança deveria saber ler, escrever, interpretar um texto simples e, também, somar, subtrair e dividir. Atualmente 15% das nossas crianças na citada faixa etária não conseguem interpretar um texto ou fazer as contas básicas (OLIVEIRA; SILVA, 2011,p.85). Em função dessas informações e condição, elas não conseguem aprender as outras matérias ensinadas nos anos seguintes e, por isso, muitas são reprovadas, outras abandonam a escola.

Essa insuficiência no aprendizado, ao longo da vida, influencia as condições sociais e, em certa medida, aumenta a desigualdade e exclui inúmeras crianças da cultura letrada. Parte delas nunca vai poder aproveitar inteiramente as oportunidades ao longo da sua vida.

Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) vem em resposta a essa condição – de não efetivação da alfabetização na idade certa - pelo qual um grande número de crianças passou ou ainda vai passar. O Programa visa ajudar toda criança a ter o aprendizado adequado para continuar estudando e, lá na frente, usar todas as oportunidades que encontrar para progredir na vida. O Pacto tem o caráter de urgência das tarefas inadiáveis. Esse caráter de urgência se soma à estratégia do Estado brasileiro em relação ao futuro do país.

Para a implementação e consolidação desse Programa o Estado Nacional previu um investimento inicial de R\$2,7 bilhões. O Pacto é uma articulação inédita com todos os secretários estaduais de educação e, até o momento, 5.271 municípios, envolvendo cerca de 8 milhões de alunos, nos primeiros anos do Ensino Fundamental da rede pública de educação. Os documentos publicados pelo Ministério da Educação definem que o objetivo é atingir 100% das crianças brasileiras.

A média nacional de crianças brasileiras não alfabetizadas aos oito anos é de 15,2%, mas há estados em situação mais grave, como o Maranhão que conta com 34% de crianças não alfabetizadas e Alagoas com taxa de 35%. O Paraná tem a

menor taxa do país, 4,9%, seguido de Santa Catarina com 5,1%(OLIVEIRA; SILVA, 2011,p.85).

Na Paraíba, em relação à alfabetização e letramento, os índices em relação à distorção idade-série alcançam 51% a 60% nas maiores cidades do estado;isso significa que pelo menos metade dos alunos são mais velhos do que o esperado para a série em que estão matriculados. No estado,aproximadamente 44 mil jovens paraibanos alunos do ensino fundamental 2 (6º ao 9º ano) estão nessa situação.

Em 4 de julho de 2012, pela Portaria nº867,o governo o federal instituiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), bem como estabeleceu suas diretrizes gerais. O documento, em uma série de encaminhamentos, empreendeu esforço com o intuito de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade ao final do 3ºano do Ensino Fundamental. Atualmente o Brasil é um país que apresenta um relativo crescimento econômico; entretanto, tal crescimento não alavanca os índices da educação, e, neste, o Brasil ocupa o antepenúltimo lugar no *ranking*, ficando à frente apenas do México e da Indonésia.

Pensando na melhoria da educação no Brasil os governos Federal, Estadual, Municipal e o Distrito Federal assinaram o Pacto Nacional na Idade Certa, tendo como principal objetivo a plena alfabetização dos estudantes entre os seis e oito anos de idade. O Pacto consiste na formação continuada dos professores alfabetizadores. Foi dividido em dois anos, sendo o primeiro, ocorrido no ano de 2013, voltado à Língua Portuguesa e o segundo em 2014, voltado para a Matemática, tendo sua finalização prevista para 2015.

O presente estudo visa avaliar as contribuições do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa no processo de formação em Língua Portuguesa no bloco inicial de alfabetização. Para tanto, buscou-se alcançar três objetivos específicos: conhecer a proposta do Pacto Nacional pela Alfabetização, descrever a proposta de formação continuada dos professores que atuam no programa; verificar as contribuições na formação docente. Nosso enfoque nesta pesquisa é avaliar a contribuição do PNAIC na formação de professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental Índio Piragibe.

Com essa finalidade optamos por uma investigação com características aproximadas de Estudo de Caso. O caso a ser estudado é a experiência com o PNAIC na Escola Estadual de Ensino Fundamental Índio Piragibe, com recorte para a prática inclusiva dos professores formadores.Nesse sentido, o estudo teve como

norte as seguintes questões norteadoras: Como o PNAIC está estruturado? Como foi organizada a formação dos professores? Quais as contribuições na formação dos professores daquela escola? Espera-se a partir das questões apresentadas ter fundamentos para avaliar o Programa na Escola Estadual de Ensino Fundamental Índio Piragibe e as contribuições efetivas desse plano no processo de formação dos professores.

Os sujeitos da pesquisa são osseisprofessores participantes do programa. Como procedimento metodológicose adotou a escuta dos professores através do instrumento entrevista semiestruturada onde perguntamos: Qual a contribuição do PNAIC para a sua formação? Após análise desses dados constatamos que o PNAIC, do ponto de vista do professor, contribuiu com a prática pedagógica inclusiva.

Este estudo tem como tema **O PNAIC como possibilidade de formação de professores para práticas inclusivas: um estudo de caso na Escola Estadual de Ensino Fundamental Índio Piragibe**. Em resposta à perspectiva do tema este Trabalho de Conclusão de Curso está dividido em: 1) Introdução - onde situamos o tema e apresentamos a pesquisa; 2) Histórico do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa;As Ações do Pacto: organização e funcionamento do programa;A Gestão, o Controle Social e a Mobilização Institucional; 3) O Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa e o impacto na formação dos professores. Finalmente, as considerações finais e referências.

2 HISTÓRICO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é um compromisso formal assumido pelos entes federados: governo federal, estadual e municipal e Distrito Federal, que asseguram a todas as crianças a alfabetização até os oito anos de idade, ou no final do 3º ano do Ensino Fundamental. Esse Pacto surgiu no ano de 2012 a partir da constatação que os níveis dos alunos na leitura e na escrita se distanciavam do esperado, e as 4 operações básicas não estavam consolidadas. Aí nasce o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa protagonizado pelo Governo Federal, destinado a beneficiar oito milhões de alunos matriculados nos três primeiros anos do Ensino Fundamental.

Ao aderir ao Pacto os governantes automaticamente se comprometem a:

- I- alfabetização de todas as crianças em língua portuguesa e matemática;
- II- realização de avaliações anuais universais, aplicadas pelo INEP, junto aos concluintes do 3º ano do fundamental;
- III- no caso dos estados, apoiar os municípios que tenham aderido às Ações do Pacto, para sua implementação (GATTI, 2009, p.95).

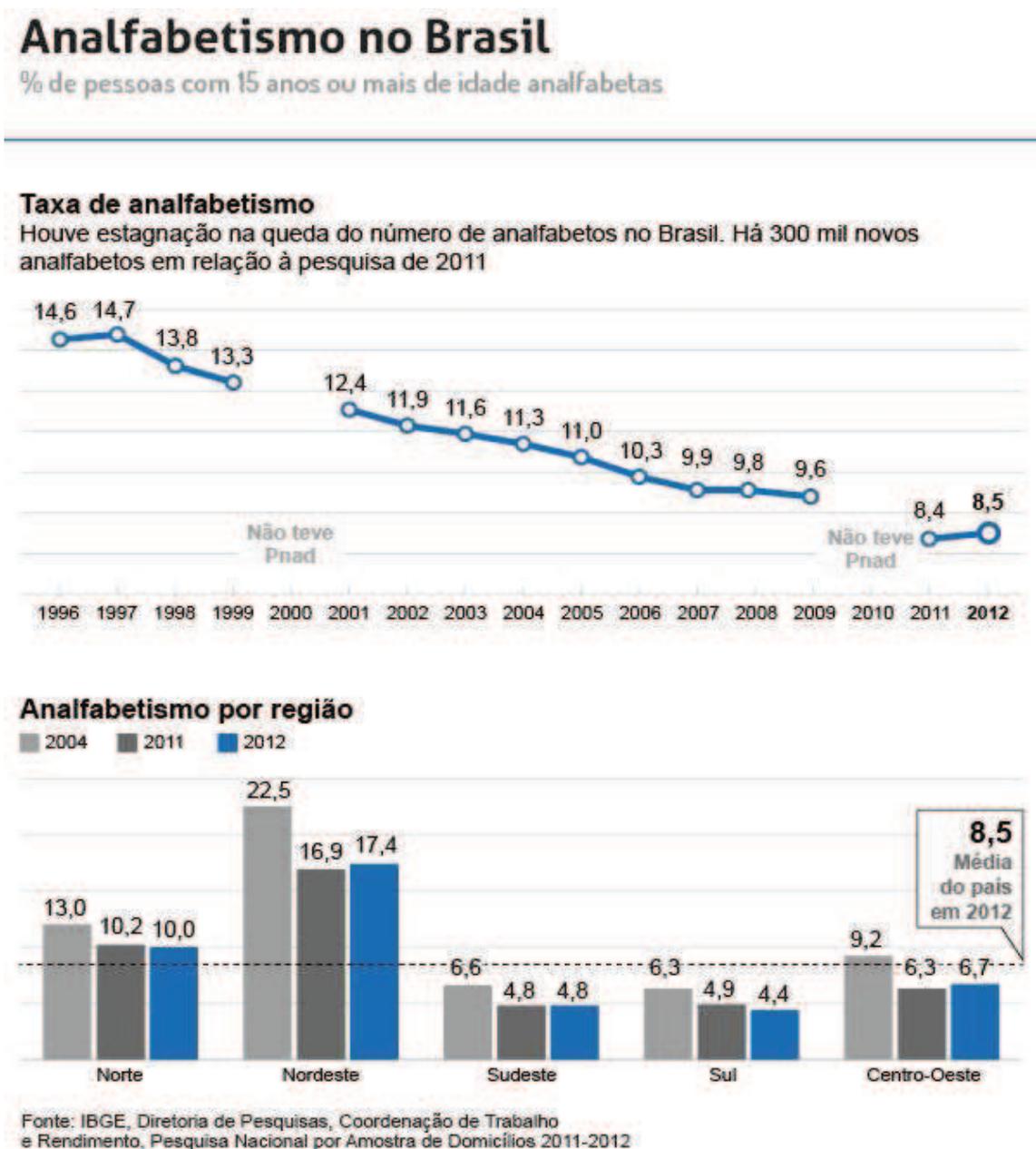
Esta política de educação veio decorrente de uma série de decisões que foram desencadeadas desde a década de 1990 com a “Reforma da Educação”, onde novas orientações e regulações foram instituídas a fim de adequar o Estado brasileiro às demandas da sociedade contemporânea, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases (1996). Esse movimento, conforme denomina o próprio nome, estabeleceu diretrizes que ao longo dos anos seguintes foram sucessivamente se efetivando, como o Plano Nacional da Educação (PNE/2001/2014), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/2007), o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB/2007).

Os citados documentos, dentro de sua abrangência, passaram a regular a Educação Básica pautados em diagnósticos disponíveis pelas agências de pesquisas. Foi, em certa medida, a partir da iniciativa de construir políticas públicas educacionais que respondessem às demandas concretas das populações escolares, que o Programa Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) foi instituído.

Especificamente, o PNAIC visa atender aos professores da Educação Básica em sua formação continuada no sentido de colaborar com o aprimoramento das práticas pedagógicas de forma a contribuir com os processos de alfabetização dos educandos da primeira fase do Ensino Fundamental. O programa entende que, sem um investimento na formação dos professores, não se alcançará a qualidade da educação almejada.

No quadro seguinte é possível verificar nos índices registrados o resultado do processo de alfabetização no Brasil.

Quadro 1 - Evolução da Analfabetismo no Brasil –pesquisa nos documentos do PNAIC



Apesar de se ter garantido maior acesso à escola, como é verificado no quadro, ainda estamos longe de garantir que a escola concretize sua finalidade, a aprendizagem.

O Decreto 6.094 de 24/04/2007 (art.2º) que trata da definição da responsabilidade do Estado de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, além do estabelecimento das formas de monitoramento, demonstra a iniciativa do Estado brasileiro em determinar a responsabilização dos entes federados e seu compromisso com a qualidade da educação.

2.1 As ações do Pacto: organização e funcionamento do programa

As ações do Pacto são um conjunto integrado de iniciativas que envolvem materiais específicos, referenciais curriculares e pedagógicos disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC), que contribuem para a alfabetização e o letramento.

A alfabetização na idade certa compreende o efetivo funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafofônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos pelos educandos. No Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa quatro princípios centrais são considerados ao longo do desenvolvimento do trabalho pedagógico:

- 1-o sistema de escrita alfabética é complexo e exige um ensino sistemático e problematizador;
- 2-o desenvolvimento das capacidades de leitura de produção de textos ocorre durante todo o processo de escolarização mas deve ser iniciado logo no início da Educação Básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias;
- 3-conhecimentos oriundos das diferentes áreas podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam ouvir, falar, ler, escrever sobre temas diversos e agir na sociedade;
- 4-a ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem (BRASIL, 2012 *apud* GATT, 2009, p. 95).

Nessa visão, a alfabetização é, sem dúvida, uma das prioridades nacionais no contexto atual, pois o professor alfabetizador tem a função de auxiliar no acesso ao

conhecimento e na formação para o bom exercício da cidadania. Para exercer sua função de forma plena é preciso ter clareza do que ensina e como ensina. Para isso, não basta ser um reproduzidor de métodos que objetivem apenas o domínio de um código linguístico, é preciso ter clareza sobre qual concepção de alfabetização está subjacente à sua prática.

A formação continuada de professores alfabetizadores do PNAIC é organizada em formato de curso presencial de 2 anos para os professores alfabetizadores, com carga horária de 120 horas por ano, baseado no Programa Pró-Letramento, cuja metodologia propõe estudos e atividades práticas. Os encontros com os professores alfabetizadores serão conduzidos por orientadores de estudos. Os orientadores de estudos, por sua vez, são professores das redes, que farão um curso específico, com 200 horas de duração por ano, ministrado por universidades públicas.

Os materiais didáticos e pedagógicos são formados por conjuntos de livros específicos para alfabetização, tais como livros didáticos (português aprovado pelo Programa Nacional do Livro Didático - PNLD) e os respectivos manuais do professor onde se contemplam as orientações didático-pedagógicas e outras referências de estudo; obras pedagógicas complementares aos livros didáticos e acervos de dicionários de Língua Portuguesa (também distribuídos pelo PNLD); jogos pedagógicos de apoio à alfabetização; obras de referência, de literatura e de pesquisa (entregues pelo Programa Nacional Biblioteca na Escola- PNBE); obra de apoio pedagógico aos professores; e tecnologias educacionais de apoio à alfabetização. Em relação à quantidade de materiais entregues às escolas, os acervos são calculados por número de turmas de alfabetização e não por escolas, iniciativa que, ao nosso ver, garantiu aos docentes e alunos explorar materiais suficientes para as turmas e conseqüentemente um aproveitamento maior dos conteúdos.

2.2 O Pacto e sua relação com as avaliações educacionais

Em relação às avaliações, o Programa adota uma concepção mais processual debatida durante o curso de formação, que pode ser desenvolvida e realizada continuamente pelo professor junto aos educandos. Elas têm ocorrido numa periodicidade mensal e têm uma variedade de instrumentos. A avaliação desempenha um papel importante no Pacto. Esse eixo reúne três dimensões

avaliativas: avaliações processuais a serem debatidas durante o curso de formação de professores alfabetizadores; a Provinha Brasil, a ser utilizada como avaliação diagnóstica (distribuída pelo Ministério da Educação e aplicação pelas redes de ensino junto aos alunos ingressantes e concluintes do 2º ano do Ensino Fundamental); a avaliação externa, mais conhecida como Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) também coordenada pelo INEP (onde os alunos, ao final do 3º ano, são submetidos à avaliação, a fim de verificar o nível de alfabetização alcançado ao final do ciclo).

Ainda sobre essa temática, o MEC tem disponibilizado um sistema informatizado para coleta e tratamento dos resultados da Provinha Brasil, bem como os resultados da análise amostral dessas avaliações. A avaliação diagnóstica como a Provinha Brasil e a avaliação externa ANA são organizadas pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP) e podem ser vistas como complementares à ação do PNAIC uma vez que definem as diretrizes do planejamento executado no Programa e monitoram as ações do Pacto em função da prestação de contas junto à sociedade.

Sobre a ANA vale esclarecer que é uma avaliação que parte do conjunto de avaliações externas desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP), sendo sua finalidade aferir o nível de alfabetização alcançado ao final do ciclo ou do 3º ano do Ensino Fundamental, possibilitando às redes de ensino, a partir dos resultados desta avaliação, construir e implementar políticas corretivas. A ANA foi oficializada no começo de junho de 2013 pelo Ministério da Educação e imprimiu um formato metodológico diferenciado da Provinha Brasil, sendo uma avaliação anual e censitária para crianças que terminam o ciclo de alfabetização. São apenas os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental de escola pública que participam da ANA. Como já assinalado a avaliação nacional de alfabetização produz índice sobre o conhecimento dos alunos e ajuda a cumprir as metas do PNAIC.

Por fim, a menção às avaliações processuais, inseridas na Portaria nº 867/2012, merecem atenção. O fato é que o processo de monitoramento e avaliação da aprendizagem dos alunos, feito em sala de aula pelos próprios professores, no olhar do MEC precisa ser aperfeiçoado. A melhoria dessas práticas cotidianas, à medida que forem internalizadas no processo de ensino-aprendizagem, tende a gerar impactos nas redes de ensino.

Como vemos, o Programa reúne um aparato de processos que atuam em conjunto buscando imprimir uma nova forma de ação pedagógica cujo objetivo central é prevenir insucessos no processo de alfabetização. Para além, visando a uma melhor organização e interlocução entre os processos, existe um sistema informatizado no qual os professores devem inserir os resultados da Provinha Brasil privilegiando a informação de cada criança no início e no final do 2º ano, atitude que permite aos docentes e gestores ter um acesso fácil e organizado, facilitando a análise de forma agregada das informações e possibilitando a adoção de eventuais ajustes.

2.3 A gestão, o controle social e a mobilização institucional

Como o próprio nome sugere, o Pacto pela Alfabetização na Idade Certa reúne conhecimentos inerentes à Gestão Escolar uma vez que funciona por adesão, ou seja, exige uma decisão por parte do gestor. Também compreende investimentos financeiros pois o programa contrata profissionais capacitados para desenvolverem as formações dos professores, a compra de materiais didáticos, de tecnologias informacionais, de recursos didáticos, além do pagamento de bolsas para os professores cursistas, ou seja, um alto montante de recursos. Para além, os gestores e toda a equipe de profissionais que atuam no programa estão envolvidos nos processos de monitoramento e acompanhamento, o que requer disponibilidade de tempo, compromisso e determinação dos gestores e de todos da escola, ou melhor dizendo, uma mobilização institucional.

Entretanto, os atores escolares, famílias e poder público não podem atuar de forma fragmentada, as instituições devem estar presentes, acompanhando a trajetória do Programa, fazendo o controle social. Neste sentido o PNAIC orienta para a criação de espaços institucionais, sendo alguns deles:

- um comitê gestor nacional;
- uma coordenação institucional em cada estado, composta por diversas entidades, com atribuições estratégicas e de mobilização em torno dos objetivos do pacto;
- coordenação estadual, responsável pela implementação e monitoramento das ações em sua rede e pelo apoio à implementação nos municípios.

IV- municipal, responsável pela implementação e monitoramento das ações na sua rede (BRASIL, 2011, p. 45 *apud* OLIVEIRA; SILVA, 2011, p. 81).

Sobre esses espaços institucionais o Comitê Nacional de Educação, determinado constitucionalmente como instância consultiva e propositiva da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para questões relativas à Política Nacional de Educação, foi instituído por meio da Portaria nº 98, de 09 de julho de 2003. Para a formação desse comitê sugere-se que a sua composição considere personalidades com notório saber e efetiva atuação na Educação em Direitos Humanos, tanto do Público quanto da Sociedade Civil Organizada e a ele compete propor, monitorar e avaliar política pública para o cumprimento do Plano Nacional de Educação.

A Coordenação Institucional tem a incumbência de apresentar orientações referentes ao uso dos recursos da Matriz Orçamentária de 2013 para a oferta dos cursos de formação continuada, no âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, fomentados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e pelo MEC.

A nova Rede Nacional de Formação, instituída pela Portaria nº 1328/2011, tem por finalidade apoiar as ações de formação continuada de profissionais do magistério da educação básica pública, em atendimento às demandas de formação continuada. A Coordenação Estadual tem a atribuição de disponibilizar à população, a partir do seu portal, o documento-base do Plano Estadual de Educação (2015-2024) para consulta pública.

Finalmente a coordenação Municipal de Educação tem as suas atribuições de executar a política municipal de educação na busca da elevação da cultura da sociedade, fazendo uma escola pública democrática e de qualidade. A missão da Secretaria é de assegurar uma educação que garanta com sucesso o acesso e permanência dos educandos na sala de aula. Todo o trabalho dos profissionais que gerenciam a educação deve estar voltado para esta meta, não só de garantir o acesso das crianças e jovens em idade escolar e de jovens e adultos, como também propiciar condições para o desenvolvimento integral.

Somado a esses espaços, destaca-se, como já citado, a importância do sistema de monitoramento disponibilizado pelo MEC, destinado a apoiar as redes e

a assegurar a implementação de diferentes etapas do Pacto. Por fim, enfatiza-se a iniciativa do Ministério da Educação no fortalecimento dos Conselhos Escolares e de outras instâncias comprometidas com a educação de qualidade nos estados e municípios. No documento orientador do PNAIC o Estado Nacional assume o compromisso de que todos os estados e municípios façam a adesão ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, comprometam-se a alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade e aceitem participar das avaliações promovidas pelo MEC, independente dos métodos e materiais utilizados nas suas redes.

3 O PACTO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA E O IMPACTO NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

O PNAIC foi protagonizado pelo Governo Federal e operacionalizado pelo Ministério da Educação e, conforme mencionado, veio em resposta aos altos índices de analfabetismo e da distorção idade-série.

No município de João Pessoa a adesão ao Pacto ocorreu nas escolas em 09 de julho de 2012. O acesso à escola foi feito via sistema de informação da Secretaria de Educação do Município onde foi disponibilizado o Termo de Adesão ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa para os Diretores das Escolas Municipais, momento em que os diretores já indicavam os coordenadores do Programa. Sucessivamente todas as escolas municipais foram aderindo, inclusive as escolas do campo e o Pacto foi se efetivando.

Em relação à formação dos professores alfabetizadores e de orientadores de estudo, o MEC organizou um curso presencial de dois anos, com carga horária de 120 horas/ano, onde se aprofundavam os conhecimentos teóricos, estudos dos cadernos, reflexões sobre a prática pedagógica e socialização de experiências sobre trabalhos desenvolvidos em sala de aula.

Os cadernos estão divididos em ciclos e apresentam os seguintes conteúdos:

- a) **Português:** Educação inclusiva; Formação do professor alfabetizador; caderno de apresentação. Currículo inclusivo: O direito de ser alfabetizado; Planejamento e organização da rotina na alfabetização; O último ano do ciclo de alfabetização: Consolidando os conhecimentos. O trabalho com os diferentes gêneros textuais em sala de aula: Diversidade e progressão escolar andando juntas; Alfabetização em foco: Projetos didáticos e sequências didáticas em diálogo com os diferentes componentes curriculares; A heterogeneidade em sala de aula e a diversificação das atividades. Progressão escolar e avaliação: o registro e a garantia de continuidade das aprendizagens no ciclo de alfabetização.
- b) **Matemática:** Apresentação; Alfabetização matemática; Educação matemática do campo; Jogos na alfabetização matemática; Organização do trabalho pedagógico; Quantificação, registros e agrupamentos; Construção do sistema de numeração decimal; Operações na resolução de problemas; Grandezas e

medidas; Saberes matemáticos e outros campos do saber; Educação Estatística.

Para execução da formação são organizados encontros presenciais onde os orientadores de estudo operacionalizam as formações dos professores. Estes encontros ocorreram aos sábados de 8 às 17 horas. A formação contava com a supervisão dos orientadores de estudo, que vinham capacitados pela Universidade Federal da Paraíba.

Vejamos a seguir com a formação está sendo pensada pelo MEC.

3.1 A formação dos professores: concepções, conceitos, metodologia e tempo

A formação dos professores com curso presencial terá a duração de 2 anos com carga horária de 120 horas por ano, baseada no Programa Pró-Letramento, cuja metodologia propõe estudos e atividades práticas. Os encontros com os professores alfabetizadores serão conduzidos por orientadores de estudo.

Os orientadores de estudo são professores das redes estaduais e municipais que farão um curso específico, com 200 horas de duração por ano, ministrado por universidades públicas. É recomendável que os orientadores de estudo sejam selecionados entre a equipe de tutores formados pelo Pró-Letramento no município ou estado.

No Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa são desenvolvidas ações que contribuam para o debate acerca dos direitos de aprendizagem das crianças em processo de alfabetização e para as avaliações e acompanhamento da aprendizagem das crianças.

A metodologia utilizada no Programa de Alfabetização na Idade Certa requer encontros mensais entre pesquisadores e professores para estudo sobre quais os problemas, as soluções e as ações pedagógicas para a aprendizagem das crianças. Isso implica em levantamento de problemas enfrentados no desenvolvimento de práticas pedagógicas que levem à aprendizagem das crianças. Outras demandas são: mapeamento geral das turmas das professoras sobre os conhecimentos; e análise dos esquemas de pensamento das crianças a partir de resoluções das atividades, aspectos vivenciados em aula ou planejamento que chamaram a atenção do professor. Há, também, acompanhamento das decisões,

ações e intencionalidade pedagógica dos professores da pesquisa por meio da análise dos planejamentos das aulas que envolvam o sistema.

3.2 O Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa desenvolvido na Escola de Ensino Fundamental Índio Piragibe: quais as contribuições na formação dos professores?

Nosso interesse em avaliar o PNAIC foi guiado pela curiosidade em conhecer o impacto do Pacto na formação dos professores. Na Escola Índio Piragibe 6 professoras participaram da formação e foi com elas que buscamos as informações em relação às contribuições do programa. Afim de capturar as informações acerca das contribuições do Pacto, pedimos às professoras que respondessem a seguinte questão: **Qual a contribuição do PNAIC na sua formação?** As respostas a esta questão estão descritas a seguir.

Professora 1: O PNAIC é uma política de continuidade do governo brasileiro voltada à formação dos educadores, que começou com o Programa de Formação de Professores de Alfabetização, criado pelo MEC em 2001 com a proposta de orientar as ações educativas de alfabetização na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Depois, veio o Pró-Letramento-Mobilização pela Qualidade da Educação, iniciado em 2005. Agora, temos o fortalecimento dessas políticas com o PNAIC, ou seja, a continuidade e a evolução desse processo e não uma ruptura. A diferença é que essa é uma política educacional mais aprofundada, pois reúne três vertentes indispensáveis para o seu êxito: o processo de formação, o de avaliação e a disponibilização de material didático nas escolas para uso do educador e do aluno.

Professora 2: A formação foi para mim uma troca de ideias entre professores e orientadores, é muito importante. Além do mais, o material didático do curso nos dá um suporte adequado.

Professora 3: A formação do pacto ajudou a rever o papel do professor, principalmente em relação aos alunos. A grande mudança para mim foi entender que todos os alunos aprendem, mas de maneiras diferentes; assim é papel do professor oferecer caminhos para que esses alunos alcancem o aprendizado.

Professora 4: A minha formação teve uma grande contribuição, está ligada às questões de currículo, de conhecimento, de avaliação, de mudanças conceituais, sociais e tecnológicas.

Professora 5: O PNAIC contribuiu na minha formação de maneira significativa na prática em sala de aula, na aprendizagem e trocas de experiências com os meus colegas alfabetizadores.

Professora 6: O PNAIC foi como se fosse uma segunda graduação ou uma especialização, centrada na alfabetização e na ludicidade e também contribuiu a minha prática em sala de aula.

As professoras entrevistadas foram cursistas do Programa e tiveram uma frequência integral. Como se verifica, exceto a professora número 1, as demais concordam que a formação oferecida pelo Programa contribuiu efetivamente em sua prática profissional. É possível ler nos registros em destaque que as contribuições, no olhar de cada uma, atinge uma dimensão diferenciada, mas podem-se destacar as contribuições no âmbito da prática: trocas de experiências, na melhoria da prática em sala de aula; como também no âmbito conceitual: ludicidade, currículo, de conhecimento, de avaliação, de mudanças conceituais, sociais e tecnológicas.

Também nos chama a atenção a contribuição do Programa para a valorização das relações professora-alunos. Pois, em função da própria metodologia do programa de se desenvolver na escola, leva os professores a se deslocarem do seu lugar de autoridade e pensarem mais a partir do lugar do aluno, se aprendem e como aprendem. Certamente essa mudança nas sociabilidades trarão implicações para a aprendizagem.

Outra questão que não deixa de estar associada à anterior é a relação estabelecida entre os professores que participam do curso; assumir que nos grupos, nas escutas, aprende-se a elucubrar que a escola precisa retomar no planejamento as rodas de diálogo entre professores em vista de estabelecer um espaço de colaboração e de publicação de problemas e boas práticas que ocorrem dentro mesmo da escola. Sendo assim, através das opiniões coletadas, vimos, mesmo que sucintamente, uma resposta muito positiva em relação à eficiência e eficácia do Programa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos o PNAIC trata de uma política nacional em resposta ao alto índice de crianças fora da faixa etária prevista em lei. No que se refere à formação continuada de professores é preciso que se torne uma política de Estado e não de governo que, geralmente, manifesta-se pela descontinuidade e pela tendência utilitarista. Também é preciso que os professores contem com condições favoráveis para usufruir de seus processos de formação e com garantia para uma atuação profissional consistente, tais como recursos materiais e humanos, tempo necessário para formação, jornada de trabalho reduzido, dentre outros fatores.

O investimento em bônus ou bolsas para capacitação dos docentes, embora soe como algo positivo, reafirma as disparidades regionais quanto ao nível das remunerações recebidas pelos docentes brasileiros e revela a fragilidade de políticas públicas que ainda não conseguiram sanar este sério problema. Há de se considerar que formação, avaliação e intervenção didática são importantes, porém, o equilíbrio entre o que se propõe e o que se quer realizar de fato é que poderá fazer a diferença. Se os tempos e os espaços definidos pelos governos forem aligeirados e ávidos por resultados, certamente irão obscurecer o processo. Cabe, também, ressaltar a necessidade de compreendermos os princípios e os objetivos das ações implementadas ao longo do programa, de modo a não perdermos o senso da autoria dos estudantes, dos professores e da comunidade escolar em sua inteireza e globalidade.

Finalmente, a experiência analisada neste trabalho é vista como uma experiência extremamente positiva e que deveria ter continuidade, pois, fez grande diferença na vida profissional de nossos professores.

REFERÊNCIAS

BONDIOLI, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 2, São Paulo, EPUB, abr./jun. 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, Comissão de Educação e Cultura. Grupo de Trabalho Alfabetização Infantil: Os novos caminhos. **Relatório final**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em: <<http://camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1924/grupo-alfabetizacao-infantil-educacao-cultura.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2012.

_____. **Formação de professores no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. 2013a. Disponível em: <<http://www.geadas.com.br/pnaic/images/Pacto/Cadernos%20Formação%20-%20Miolo.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2013.

_____. **Formação do professor alfabetizador**. 2012a. Disponível em: <<http://www.geadas.com.br/pnaic/images/Pacto/Cadernos/Caderno%20Apresentação%20Miolo.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2013.

_____. MEC. PNAIC. Porto Alegre: Saraiva, 2012b.

_____. **Medida Provisória nº 586**, de 8 de novembro de 2012. Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providências. Brasília, 2012c. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/mp-586-pacto.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2013.

_____. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Avaliação no ciclo de alfabetização** - reflexões e sugestões. Brasília, 2012d. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/>>. Acesso em: 3 set. 2013.

_____. Ministério da Educação. **PNAIC-A aprendizagem do Sistema de escrita alfabética**. Unidade 03, ano 01, caderno azul. Brasília, 2012e. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/documentos>>. Acesso em: 4 set. 2013.

_____. **PNAIC-Currículo no ciclo de alfabetização: consolidação e monitoramento do processo de ensino e de aprendizagem**. Unidade 01, ano 02, caderno laranja. Brasília, 2012f. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/proext/pacto/documento>>. Acesso em: 4 set. 2013.

_____. **PNAIC: o Brasil do futuro com o começo que ele merece**. Brasília, 2012g. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/pacto_livreto.pdf>. Acesso em: 4 set. 2013.

_____. **Portaria nº90**, de 6 de fevereiro de 2013. Define o valor máximo das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores alfabetizadores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Brasília, 2013b. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/portaria90_6_fevereiro_2013.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2013.

_____. **Portaria nº867**, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Brasília, 2012h. Disponível em: <<http://ws.mp.mg.gov.br/biblio/informa/060717508.htm>>. Acesso em: 4 set. 2013.

DEHAENE, Satanislas. **Os neurônios da leitura**: como a ciência explica nossa capacidade de ler. Tradução de Leonor Sviar Cabral. Porto Alegre: Penso, 2012.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. Avaliação da aprendizagem: a obsessão pelo resultado pode obscurecer a importância do processo. In: WERLE, F. O. C. (Org.). **Avaliação em larga escala**: foco na escola. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Líder Livro, 2010.

GATTI, B.A. Formação de Professores: condições e problemas atuais. **Revista Brasileira de Formação de Professores**, 2009, v.1, nº1, p.90-102, maio 2009. Disponível em: <<http://facec.edu.br/seer/index.php/formacaodeprofessores/article/viewFile/20/65>>. Acesso em: 10 set. 2013.

LUZ, I.C.P. da. **A repercussão do programa pró-letramento no trabalho de professores de escolas públicas**: uma análise preliminar. 2012. Disponível em: <<http://www.sbec.org.br/evt2012/trab25.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

MORAIS, José. Métodos de alfabetização: o estado da arte. In: ABC – Academia Brasileira de Ciências. **Aprendizagem Infantil**: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2011. p.81-133.

OLIVEIRA, J.B.A.; SILVA, L.C.F. **Impacto das séries iniciais**: educação infantil. Analfabetismo funcional e equidade. Trabalho apresentado no Seminário sobre educação e equidade. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **PNAIC**. Brasília: Ática, 2011.